

Brasília-DF, 09 de outubro de 2025

CCJ do Senado inicia debates sobre fim da escala 6x1

Com relatório pronto, redução da jornada de trabalho nacional será tema de audiências públicas na comissão.



Texto apresentado em 2015 por Paulo Paim tramita em paralelo ao de Erika Hilton, na Câmara. Andressa Anholete/Agência Senado

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado deu início nesta quarta-feira (8) aos debates em torno de uma proposta de redução da jornada máxima de trabalho no país. O texto escolhido foi a PEC 148/2015, do senador Paulo Paim (PT-RS), que extingue a atual escala em regime 6x1 com 44 horas e a substitui pela escala 5x2, com teto de 36 horas.

A proposta será submetida a uma rodada de audiências públicas antes de ser levada a votação. O relator escolhido foi o líder da bancada do PT, Rogério Carvalho (PT-SE), que já apresentou um parecer favorável à aprovação. Seu texto prevê uma transição gradual ao novo modelo de jornada de trabalho, buscando assim evitar mudanças bruscas nas empresas afetadas, principalmente no setor de comércio e serviços, onde a escala 6x1 costuma ser adotada.

O relator argumenta que a escala reduzida já é uma realidade entre servidores públicos e profissões com maior escolaridade no Brasil. "Assim, a redução da jornada máxima representa medida de justiça social que democratizará um direito atualmente restrito apenas às camadas de maior poder aquisitivo".

Ele também alega que a maior oferta de tempo para cuidados individuais poderá permitir uma redução nos gastos com saúde pública e nos índices de afastamento por problemas de saúde mental no ambiente de trabalho.

Uma proposta semelhante, apresentada pela deputada Erika Hilton (Psol-SP) no primeiro semestre, tramita em paralelo na Câmara. Na CCJ, Paulo Paim exaltou a atuação da deputada na defesa desta pauta. "Isso

reforçou a nossa, de 2015. Veja como é a vida, como é importante a juventude", declarou.

[Veja a íntegra do relatório de Rogério Carvalho.](#)

Fonte: Congresso em Foco

Custo da cesta básica cai em 22 capitais em setembro

Tomate, arroz, batata e café em pó puxaram quedas, de acordo com pesquisa da Conab e Dieese. Fortaleza, Palmas, Rio Branco e São Luís registram maiores reduções



Foto: Vitor Vasconcelos / Secom / PR

O valor do custo dos alimentos básicos, a chamada cesta básica, teve redução em 22 das 27 capitais brasileiras entre agosto e setembro. As reduções mais expressivas ocorreram em Fortaleza (-6,31%), Palmas (-5,91%), Rio Branco (-3,16%), São Luís (-3,15%) e Teresina (-2,63%). A Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos foi divulgada nesta quarta-feira, 8 de outubro, pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Em setembro, os menores valores médios da cesta básica foram registrados em Aracaju (R\$ 552,65), Maceió (R\$ 593,17), Salvador (R\$ 601,74), Natal (R\$ 610,27) e João Pessoa (R\$ 610,93), cidades das regiões Norte e Nordeste que têm composição diferente da cesta. O maior custo ficou em São Paulo (R\$ 842,26).

"A redução do custo da cesta básica em boa parte das capitais é sinal importante de que as políticas do Governo do Brasil de abastecimento e apoio à produção de alimentos estão funcionando. A Conab e o Dieese trabalham para garantir transparência nos preços e contribuir com ações que assegurem comida de qualidade e a preços justos na mesa das famílias brasileiras", afirma o presidente da Conab, Edgar Pretto.

Matéria completa: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/10/custo-da-cesta-basica-cai-22-capitais-em-setembro>

Fonte: Gov.br

Brasília-DF, 09 de outubro de 2025

Isenção do IR para até R\$ 5 mil recebe rito acelerado no Senado

Projeto será apreciado apenas na Comissão de Assuntos Econômicos, sob relatoria de Renan Calheiros.



Expectativa do relator é de votação em até 30 dias, com mínimo de modificações em relação ao texto da Câmara. Jonas Pereira/Agência Senado

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), anunciou nesta terça-feira (7) que o projeto de isenção total do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil, aprovado por unanimidade na Câmara dos Deputados, será apreciado em rito acelerado na Casa. O texto tramitará apenas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), sem a necessidade de votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A decisão de rito apenas na CAE se deu após a Secretaria-Geral da Mesa entender que, por já haver um projeto de teor similar aprovado em setembro, a isenção do IR poderia ser submetida a um trâmite semelhante. "Diante dessa informação, eu conversei e venho conversado com todos os senadores que têm solicitado a relatoria desta matéria, que a minha decisão é que esta matéria tramite apenas em uma comissão", disse Alcolumbre.

O presidente da CCJ, senador Otto Alencar (PSD-BA), concordou com o rito definido. Após a votação na CAE, o projeto seguirá diretamente ao plenário.

Mudanças mínimas

A relatoria na CAE ficou sob responsabilidade do presidente da comissão, Renan Calheiros (MDB-AL). O senador afirmou que seu plano é fazer modificações no texto apenas se houver necessidade, para que o projeto possa ser enviado diretamente à sanção presidencial.

"O que tiver que ser emendado, será emendado. O que tiver que ser suprimido, será suprimido. O nosso esforço, no entanto, é para que a matéria não volte à Câmara dos Deputados", declarou. O relator acredita ser possível aprovar o texto final dentro dos próximos 30 dias.

Renan alega que a reforma do IR acabou sendo usada na Câmara como "um instrumento de chantagem e de pressão contra o governo e até sobre a pauta do Poder Legislativo" diante da demanda de parlamentares da oposição para que sua deliberação fosse vinculada à votação da anistia aos réus de 8 de janeiro de 2023. Seu intuito é evitar que o cenário se repita.

Fonte: Congresso em Foco

Quaest: Isenção do IR e taxaço da renda têm amplo apoio e elevam aprovação de Lula

Mudança no Imposto de Renda foi a notícia mais conhecida e melhor avaliada da gestão Lula, com 79% de apoio à isenção e percepção positiva até entre eleitores de Bolsonaro

A reforma do Imposto de Renda anunciada pelo governo Lula recebeu ampla aprovação dos brasileiros e se tornou o tema mais bem avaliado da gestão, segundo a pesquisa Genial/Quaest divulgada nesta quarta-feira (8).



O levantamento mostra que 68% dos entrevistados tomaram conhecimento das mudanças — o maior índice entre as notícias testadas — e que a maioria apoia as medidas. A ampliação da faixa de isenção para quem ganha até R\$ 5 mil mensais tem aprovação de 79% e rejeição de apenas 17%. Já a criação de uma alíquota de 10% sobre rendas anuais acima de R\$ 600 mil é apoiada por 64% dos entrevistados, enquanto 29% se opõem.

Para 49% dos participantes, as alterações devem trazer uma pequena melhora nas finanças pessoais, e 41% esperam uma melhora importante. Apenas 10% não souberam ou não responderam.

O apoio à reforma ultrapassa divisões políticas: entre os eleitores do ex-presidente Jair Bolsonaro, 36% acreditam que as mudanças terão impacto importante em suas finanças, mesmo percentual verificado entre os que se dizem sem posição política.

Segundo a Genial/Quaest, o tema contribuiu para o aumento da aprovação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que chegou a 48% em outubro, empatando tecnicamente com a reprovção (49%). O resultado representa o melhor patamar desde janeiro.

Além da reforma do IR, o encontro entre Lula e Donald Trump na ONU e as manifestações contrárias à

Brasília-DF, 09 de outubro de 2025

PEC da Blindagem também ajudaram a melhorar a percepção sobre o governo. Entre os entrevistados, 30% afirmaram ter visto mais notícias positivas do que negativas sobre a gestão — avanço em relação aos 19% registrados em maio.

A pesquisa foi realizada entre 2 e 5 de outubro, com 2.004 entrevistas presenciais em todo o país. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

Fonte: InfoMoney

Senado não tem clima para aprovar 'PL da dosimetria', alerta Alcolumbre

Presidente do Senado afirma que não há ambiente político para votação do projeto que reduz penas de golpistas



Davi Alcolumbre (Foto: Jefferson Rudy / Agência Senado)

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), afirmou em reunião que não há condições políticas para que o chamado "PL da dosimetria" avance na Casa. A proposta prevê a redução das penas dos condenados pelos atos golpistas de 8 de Janeiro. Segundo o Metrôpoles, o alerta foi feito durante encontro na residência oficial da Câmara, na terça-feira (7), com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), o relator do projeto, deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), e líderes partidários.

Alcolumbre vê resistência no Senado

De acordo com a reportagem, Alcolumbre adiantou ao relator que, no formato atual, o projeto não terá chance de aprovação no Senado. Apesar de assumir a responsabilidade de dialogar com senadores sobre o tema, ele indicou que não existe apoio suficiente para levar o texto ao plenário.

Origem e mudanças do projeto

O texto surgiu inicialmente como "PL da anistia", mas após críticas, o relator passou a chamá-lo de "PL da dosimetria". A urgência para sua tramitação foi aprovada pela Câmara, permitindo votação direta no plenário. Após essa decisão, Paulinho da Força foi designado relator e iniciou negociações para tentar construir uma versão menos controversa.

Consultas com lideranças políticas

Nos primeiros dias após assumir a relatoria, Paulinho se reuniu com o ex-presidente Michel Temer (MDB) e o deputado federal Aécio Neves (PSDB-MG), buscando evitar questionamentos de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, o parlamentar encontra dificuldades para consolidar apoio dentro da própria Câmara.

Impasse entre partidos

O cenário no Congresso é marcado por forte divisão. O PL, partido de Jair Bolsonaro, defende uma anistia "ampla, geral e irrestrita", enquanto o PT, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, rejeita alterações no Código Penal antes da conclusão definitiva dos processos.

Fonte: Brasil247

Aprovado projeto para portabilidade de conta-salário entre bancos

Medida passou pelo Senado e agora será analisada por Lula

Fabio Rodrigues Pozzebom / Agência



O Senado aprovou o Projeto de Lei (PL) 4.871/2024, que estabelece a portabilidade automática de salários e o débito automático entre instituições financeiras. O texto vai à sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Entre outros pontos, o projeto determina como direitos dos usuários a portabilidade salarial automática; débito automático entre instituições; direito à informação; e contratação de crédito especial com juros reduzidos.

A matéria determina que a instituição de origem não poderá recusar o pedido da portabilidade de salários, proventos, soldos, aposentadorias, pensões e similares, a menos que haja justificativa clara e objetiva, e terá dois dias úteis para efetuar a transferência.

O projeto também estabelece que o cliente poderá pagar empréstimos tomados em uma instituição bancária usando recursos guardados em outra, por meio de débito automático.

O texto também estabelece a criação de uma nova modalidade de crédito, com juros mais baixos do que os praticados no mercado. Para ter acesso à nova modalidade, o cliente fica impossibilitado de cancelar o débito automático das parcelas desse empréstimo

Brasília-DF, 09 de outubro de 2025

até a quitação; fica sujeito à possibilidade de penhora da parte do salário que exceder o valor correspondente a 20 salários mínimos; ao recebimento de citações e intimações pessoais por e-mail, entre outras regras. A modalidade ainda deverá ser regulamentada pelo Banco Central (BC).

Outro ponto previsto é que as instituições financeiras e instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central deverão realizar comunicação prévia a seus clientes sobre alterações nas taxas de juros incidentes sobre o saldo devedor de operações de crédito nas modalidades pré-aprovadas e rotativas, incluídos cartões de crédito e outros instrumentos pós-pagos.

A comunicação deverá ser feita com antecedência mínima de 30 dias e observando o uso de linguagem acessível.

Fonte: Agência Brasil

Quaest: maioria rejeita anistia e repudia redução de penas dos golpistas de 8/1

Pesquisa mostra que 52% defendem punição justa e 47% rejeitam anistia, reforçando que a democracia não aceita retrocessos.



Foto: Ernesto Reghran

A nova pesquisa Genial/Quaest revela que a sociedade brasileira tem dado uma resposta firme contra a impunidade dos crimes de 8 de janeiro. Segundo o levantamento, 52% dos brasileiros são contra diminuir as penas dos condenados que participaram dos ataques golpistas em Brasília, reconhecendo que as punições aplicadas foram justas. Apenas 37% acreditam que as sentenças foram "duras demais" e deveriam ser reduzidas.

Além disso, a rejeição à anistia subiu para 47%, consolidando a visão majoritária de que não cabe qualquer tipo de perdão a quem atentou contra a democracia. Apenas 35% defenderam anistia total, inclusive para Jair Bolsonaro (PL), enquanto 8% apoiaram a medida apenas para os manifestantes de base.

Reação ao projeto de redução de penas

O chamado projeto de lei (PL) da Dosimetria, articulado por nomes como Michel Temer (MDB) e Aécio Neves (PSDB), também sofre forte resistência popular. A tentativa de aliviar a punição dos golpistas é vista como uma afronta ao Estado Democrático de Direito. A pesquisa mostra que a maioria da população compreende a gravidade dos atos de 8 de janeiro e não aceita retrocessos.

As mobilizações populares contra iniciativas de blindagem e anistia reforçam que a democracia brasileira não aceita concessões aos inimigos da Constituição. Os números da pesquisa ecoam o sentimento de que justiça deve prevalecer: punir os responsáveis não é vingança, é condição para evitar novos ataques e consolidar o estado democrático de direito.

A pesquisa, divulgada nesta quarta-feira (8), foi realizada entre os dias 2 e 5 de outubro, com base em 2.004 entrevistas presenciais com brasileiros com 16 anos ou mais. A margem de erro estimada é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%.

Fonte: Portal Vermelho



Outubro rosa

Pratique exercícios físicos e alimentação mais saudável!

Faça o autoexame uma vez por mês!

Visite regularmente o médico!



Eduardo Henrique Neves
SECRETARIA DA REGIÃO SUDESTE DA CNTI.